

Não-formal e informal no ensino policial

Antonio Alberto Brunetta

Professor adjunto na área de Metodologia do Ensino de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UNESP.

✉ aabrunetta@gmail.com

Resumo

O artigo analisa as contradições do processo de formação do policial militar no estado de São Paulo, considerando o atrelamento das práticas modernizantes da instituição às concepções liberais, as quais articulam os fundamentos democráticos à condição de mera aparência e solidificam as práticas tradicionais de promoção do controle social e a reprodução das desigualdades. Foram realizadas entrevistas com os comandantes das escolas PMESP, confirmando que a dinâmica de sustentação das práticas e dos discursos de tendência liberal é operada por meio das articulações entre o não formal e o informal em seu sistema de ensino.

Palavras-Chave

Polícia militar. Formação policial. Reforma do ensino policial. Concepções de formação.

FUNDAMENTOS LIBERAIS NA FORMAÇÃO POLICIAL

A noção de controle social imanente às obras de Foucault (2008a; 2008b) está entre as numerosas contribuições de sua teoria social. Nesses trabalhos o autor apresenta um esquema conceitual que caracteriza a evolução dos fundamentos das relações de poder. Soberania, disciplina e segurança correspondem aos paradigmas explicativos que, histórica, articulada e diacronicamente se constituem como pilares da ordem social liberal e forjam suas estratégias específicas para o exercício produtivo das relações de poder.

A partir dos apontamentos de Foucault é possível observar que a adequação das forças policiais às prerrogativas liberais tem sido responsável por torná-la progressivamente mais ajustada aos paradigmas da biopolítica e da sociedade da segurança. A regulação da repressão parece implicar uma contrapartida que seria a impossibilidade de identificar a repressão, dificultando sua superação.

Negando a interpretação segundo a qual a polícia é mero instrumento do Estado, Foucault (2008a) afirma que a autonomia da polícia está justamente no caráter minimalista, pontual e imediato de sua ação permanente, chegando ao ponto de modelar as regras da justiça para exercer o poder dos interesses de mercado.

No exercício de sua autonomia, a polícia sofre a marginalização diante do modelo liberal de gestão social, pois sua arbitrariedade será considerada desviante em relação ao princípio anunciado de liberdade. É possível afirmar que o efeito da autonomia policial é a punição sobre o seu próprio exercício, o que a torna uma espécie de bode expiatório da contradição entre a liberdade requerida e a repressão exigida pelo modelo liberal.

Assim, a compreensão do processo formativo dos policiais permite revelar a permanência do poder coercitivo nas relações, porém reconfigurado de modo a tornar imanente e latente a violência que o compõe. Por isso, a iniciativa de entender as dinâmicas orientadoras e construtoras do exercício do poder policial, a partir de sua expressão mais “tênue”, isto é, das suas escolas de formação, que há duas décadas declaram primar pela formação ética e cidadã, fundadas no respeito aos Direitos Humanos.

Ao interagir com o sistema escolar militarizado, o exercício do poder ocorre de modo triplamente qualificado: poderes jurídico, militar e educacional, exigindo da análise o redimensionamento do protagonismo de seus alunos. O primeiro determina de modo abstrato o *primo direito*, o segundo emana a força decorrente daqueles que a ele se submetem, e o terceiro

justifica os métodos por meio dos quais se atingem o poder do direito e o poder da força, e consequentemente também o poder de educar o outro. A eficiência dessa articulação resulta na substituição de referências de classe entre os militares por noções de lealdade, valores cívicos e morais correspondentes ao interesse do Estado, o apagamento das origens de classe, constituindo um ser social idealmente apartado das desigualdades constitutivas da sociedade (FERNANDES, 1974).

As escolas da Polícia Militar (PM) materializam o controle sobre os controladores, aprimorando os mecanismos de disciplinamento desde o funcionamento primário das instâncias de controle, de modo a constituir um poder disciplinar cuja sublimaridade é o correlativo da eficiência na gestão das ordens, o que tem sido denominado na linguagem contemporânea da PM como estética militar.

Nós temos estética militar, nós não somos militares bélicos. A estética militar nos dá a certeza do cumprimento de ordens. O militar nosso não é substantivo é adjetivo, nós somos polícia, o militar é pra garantir o compromisso estatutário. Para o que extrapola o processo administrativo temos o código penal militar. Nós não somos coniventes com transgressões, nós não somos pagos para transgredir, somos pagos para garantir condições sociais. (Cel. 3).

A fala do coronel demonstra que a ideia de estética militar não é capaz de deslocar a questão central do uso da força e da autoridade no trabalho da polícia, permanecendo distantes de uma concepção democrática do trabalho policial. Assim, acaba por expressar mais da retórica de legitimação, tal como afirma Pon-

cioni (2007), tratando do discurso da polícia sobre o aprimoramento de suas práticas.

Nas expressões democráticas atuais, a deontologia policial militar define-o como um tipo de cidadão universal, sobre o qual recai a obrigação de servir como modelo, todavia um modelo sem lastro e sem referência com a materialidade da vida social. Portanto, um modelo forjado sobre um molde alheio a si mesmo, inautêntico.

Nesse contexto de formação, as relações de poder emergem de modo transparente, à medida que a dominação está manifestada no interesse do aluno-policial que busca se tornar a referência de poder, ou seja, a obediência consentida é garantida pelos projetos pessoais de promoção profissional, e essa mesma obediência é, em contraponto, a garantia de permanente subordinação. Assim, as noções foucaultianas se prestam à interpretação das relações engendradas nos processos de formação de policiais militares, revelando as contradições articuladas em razão do objetivo de atender às atuais exigências democráticas e à manutenção das relações hierárquicas tradicionalmente organizadoras das relações nessas instituições.

O SISTEMA DE ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Na estrutura da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), os seus Órgãos de Ensino estão subordinados à Diretoria de Ensino e Cultura (DEC), que por sua vez subordina-se ao Comando Geral (CG) por intermédio do Subcomando. À DEC, por sua vez, estão subordinados a Escola Superior de Soldados (ESSd); a Escola Superior de Sargentos (ES-

Sgt); a Escola de Educação Física (EEF); a Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB) e o Centro de Altos Estudos em Segurança (Caes). Segue-se uma descrição sucinta de cada uma das escolas, pois além de exercerem funções específicas no sistema de ensino (SE) da PMESP, elas se caracterizam por histórias distintas na trajetória da instituição.

A ESSd foi criada em 1984 e, assim como as demais escolas da PMESP, está sediada na cidade de São Paulo. Atualmente concentra a formação do maior número de soldados da PMESP e realiza a fiscalização técnica de Cursos de Formação de Soldados oferecidos em outras unidades, no interior do estado, de modo não regular (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014d). São, aproximadamente, 2 mil Soldados PM 2ª Classe que constituem o corpo discente permanente da escola¹, entre os quais cerca de 300 Soldados PM Fem. 2ª Classe, sendo estas formadas exclusivamente na ESSd. Desde 2008 a ESSd ascendeu à categoria de Escola Superior e o Curso de Formação de Soldados passou a se chamar Curso Superior de Técnico de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública.

A ESSgt, cumprindo a função de formação e aperfeiçoamento de não oficiais, em 1970, recebeu a denominação Escola de Formação e Aperfeiçoamento, e em 1975, na extinção desta, criou-se o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Em 2009 consolidou-se a denominação atual da unidade. Atualmente a ESSgt oferece quatro cursos. O Curso Superior de Tecnólogo em Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I e II, o Curso de Especialização de Praças em Técnicas de Ensino e o Curso de Especialização de Praças em Ges-

tão Contemporânea pela Qualidade, que atendem cerca de 2 mil policiais, entre os quais se encontram também Cabos PM que buscam a promoção à patente de Sargento PM. A escola é também responsável pela oferta do Estágio de Atualização Profissional, um curso de três meses pelo qual os sargentos passam a cada ano.

As origens da EEF remetem a 1914, quando foi criada a “Escola de Educação Physica”. Atualmente oferece a oficiais e praças as atividades físicas e técnicas de treinamento (defesa pessoal, técnicas não-letais, policiamento ciclístico, tiro defensivo, policiamento de trânsito, entre outros) que representam parte da formação continuada dos policiais (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014c).

A APMBB, antes o Corpo Escolar, criado em 1913, que em 1924 passou a ser denominado Centro de Instrução Militar, agregava todos os cursos de formação da polícia. Em 1940 foi constituído o Barro Branco, com a denominação de Curso de Formação e Aperfeiçoamento destinado a formar e especializar oficiais (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014a). Seus cursos atingem basicamente dois públicos, o primeiro constituído por ingressantes na carreira policial, selecionados por meio de vestibular, e o segundo público refere-se a PMs com mais de 15 anos de atividades, que por meio de seleção interna buscam a carreira de oficiais.

O Caes constitui uma escola de pós-graduação, oferecendo cursos dessa natureza, sendo eles: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e o Curso Superior de Polícia, que correspondem, respectivamente, aos cursos de Mestrado e Doutorado em Ciências Poli-

ciais de Segurança e Ordem Pública. Os cursos contribuem na progressão da carreira de oficial e também habilita para os postos de comando (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014b).

DIRETRIZ GERAL DE ENSINO DA PMESP

Normativas legais têm sido produzidas com o intuito de adequar a instituição policial à sociedade em sua dinâmica atual. Assim, em 2010, foi criada a Diretriz Geral de Ensino (DGE), para agregar toda a legislação de ensino e também para tornar seus órgãos de ensino mais dinâmicos e adaptáveis às demandas sociais (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010).

É preciso considerar que os objetivos apresentados nessa legislação não foram materializados por completo, pois a DGE foi implantada recentemente, os efeitos somente poderão ser verificados pelas alterações na atuação do policial em serviço e até mesmo porque normativas mais específicas, tais como os projetos pedagógicos das escolas, ainda não foram construídas.

Qualificação de recursos humanos; desenvolvimento das ciências policiais; integração à educação nacional; seleção por mérito; profissionalização continuada; avaliação do ensino; pluralismo pedagógico e edificação de padrões morais [são os fundamentos dessa nova política de ensino e são acompanhados de] objetividade, segurança, flexibilidade, eficiência, oportunidade e dedicação integral [como fundamentos do processo educacional]. (DGE, 2010, p. 7-9).

Os fundamentos e objetivos presentes na DGE são reconhecidamente insuficientes para

esgotar o que se constitui como formação, sobretudo pela existência de críticas abundantes sobre a natureza liberal de conceitos como flexibilidade, eficiência e oportunidade na educação e que revelam a funcionalidade privatista dos processos que implantam.

Essas novas diretrizes atendem às orientações do Ministério da Justiça (MJ) que, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, publicou em 2000 as bases curriculares para a formação de profissionais da área de segurança do cidadão (BRASIL, 2000), que integram o Programa Modernização do Poder Executivo Federal, negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e implementado pelo MJ com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP). Pelas articulações de caráter internacional constata-se a centralização, esta em oposição à experimentação dos efeitos de uma potencial autonomia.

Absolutamente adaptado às concepções pedagógicas, didáticas e curriculares pós-modernas (PERRENOUD, 2000; DELORS, 1999, entre outros), o documento do MJ se pauta por essas concepções, e pela absoluta indiferença à crítica acadêmica (LOMBARDI, 2002). Entre seus princípios pedagógicos estão relacionadas noções tais como: inteligências múltiplas, competências, habilidades, desejo de aprender, docente como criador de condições para que ocorra a aprendizagem e avaliação como processo, entre outras.

A integralidade que compõe o status atribuído ao ensino na PMESP é balizada pela ideia de “espírito”, pois no Artigo 108, da Seção III,

em seu parágrafo único, define como elemento substantivo à avaliação em seus cursos o “espírito policial militar”, atribuindo o conceito conforme a marca mais inflexível da identidade do policial, justamente no momento mais decisivo do processo pedagógico, no tocante às formalidades de um ensino tradicional.

Para a elaboração do conceito, serão avaliados os atributos referentes ao caráter, ao espírito do policial militar, à capacidade intelectual, à capacidade física e à aptidão para o comando, conforme legislação específica e Regimento Interno. (DGE, 2010, p. 39).

A DGE engendra uma combinação específica entre um tradicionalismo instituído, sustentado pelo “espírito policial militar” e as orientações de fundamentação pós-moderna, de modo explicitar a dificuldade da instituição em efetivamente modernizar seus processos de formação tal como apontam (MUNIZ, 2001; PONCIONI, 2007).

Ao definir as competências, a DGE aponta suas limitações formativas:

O policial precisa ter uma formação própria, pois apenas o Direito não forma um policial, a Administração não forma um policial, a Sociologia não forma um policial; ou seja, o policial, pela complexidade da sua atividade e importância das atividades de prevenção, teria que ter todo um processo de conteúdo próprio. (PMESP, DGE, 2010, p. 130).

Na crítica radical dirigida à ideia de pedagogia das competências, Duarte (2008, p. 5) afirma que o equívoco remete à hierarquia valorativa de caráter subjetivista que pretende subsidiar a passagem de uma “lógica do ensino

para uma lógica do treinamento (*coaching*)”, a qual, por sua vez, fomenta a ilusão de que vive-se hoje a sociedade do conhecimento e que a partir da autonomia do aluno em relação à produção do conhecimento seria possível garantir sua autonomia, quando – ao contrário – o aluno estaria apenas aprimorando sua adaptabilidade, deixando de agir em prol da superação das desigualdades provenientes do modo capitalista de organização social.

No campo do currículo, Moore e Young (2001) constataam a dicotomia entre o “tradicionalismo neoconservador” (no qual o currículo deve estar organizado em torno de um corpo tradicional de conhecimentos e que a aprendizagem real se dá num processo contemplativo e de subsunção do aluno) e o “instrumentalismo técnico” (entendido como um meio para se atingir o fim em termos de progresso econômico); tais considerações encontram correspondência direta nas diretrizes de ensino da PMESP.

CONCEPÇÕES DO COMANDO

As entrevistas com os coronéis que comandam os órgãos de ensino da PMESP evidenciaram que por meio das reformas educacionais a instituição constrói mudanças que se estruturam basicamente em três níveis de projeção: “o que é”, “como pretende se mostrar” e “o que se espera realizar”, de modo a sugerir que o cenário atual seja de progressismo, isto é, podendo mudar em relação às práticas, mas impossível de retroagir em relação a valores institucionais.

Em termos de mudança, se nós pensarmos em três décadas, posso afirmar que muitos conceitos não mudaram, conceitos do que é certo em termos de conduta do policial isso

não mudou; hoje se fala em determinados termos que naquela época eram usados outros termos [...] a terminologia mudou, mas muito do que era feito anteriormente continua sendo feito. [...] na área de ensino nós temos uma DGE, que na realidade repete normas de antigos regimentos da instituição, só que com uma nova roupagem, com as mudanças que foram alteradas, que foram testadas e foram validadas pelo comando (Cel. 1).

À combinação de ideias conservadoras e progressistas soma-se a assunção de concepções pedagógicas orientadas pela perspectiva da motivação. De alto teor psicologista, a pedagogia que objetiva a motivação contribui para desautorizar uma visão realista dos problemas relacionados à atuação policial.

De 2009 pra cá nós estamos fazendo um trabalho com os alunos que estão saindo da academia para trabalhar exatamente a sua autoestima e o seu emocional. Porque o trabalho na academia “perde” esse profissional (Cel. 2).

Nas escolas da PMESP que atendem policiais em exercício, a exemplo da ESSgt, a metodologia socioconstrutivista é utilizada para tratar das limitações hierárquicas, reconhecidas como obstáculos a serem superados para efetividade da relação pedagógica.

Aqui a gente estabeleceu uma metodologia socioconstrutivista, então a gente trabalha conceitos e o aluno trazendo essa experiência e debatendo em sala de aula, então no nosso ensino os nossos instrutores estão preparados [...] então os limites são muito claros para nós, superior, subordinado, e a gente tem isso muito forte, então pra gente ir pra sala

de aula e isso não resvalar, por exemplo, eu não sei como proceder com um coronel, um sargento está falando alguma coisa ou questionando um determinado proceder que é instituído pela corporação, você tem que ter habilidade, você tem que estar preparado pra esse discurso. (Cel. 5).

A presença de “ronda pedagógica”, mesmo que com o objetivo de conter manifestações violentas, evitar a tomada de medidas extraleais, eliminar o uso de símbolos bélicos, entre outros, é indicativa de que a despeito das mudanças nos conteúdos, a partir dos quais a polícia deve organizar sua ação e pelos quais deve zelar em sua formação, a forma como realiza essa tarefa permanece idêntica, isto é, mantém-se a estratégia de combate e repressão, mesmo que o alvo da estratégia seja a repressão. Nesse sentido a tradição reincide inabalável sobre as mudanças do conteúdo, foco ou orientação.

Nós temos auditoria constante da maior parte das aulas; eu tenho inclusive uma Ronda Pedagógica que percorre a sala de aula e assiste aula. Eu tenho uma boa rede de formações dentro da escola para verificar quem possa estar utilizando medidas extraleais. Hoje não há mais trote em escola da polícia militar, não há tolerância (Cel. 6).

Além das contradições que se evidenciam em estratégias como a da “ronda pedagógica”, na qual um controle rigoroso pretendia produzir uma formação mais progressista, os esforços relacionados à formação policial também encontram resistência na subcultura policial, a qual deriva de um processo progressivo de desencantamento com a profissão por parte do policial mais velho e que se reflete

especialmente no contato entre as gerações de policiais, indo de encontro ao entusiasmo do jovem policial.

A concepção sistêmica da organização do ensino na PMESP é um elemento importante considerando o universo da subcultura policial, no que tange à relação entre as gerações. A APMBB se preocupa com essa relação estabelecida pelos oficiais que ela forma:

A escola forma o policial, aqui são quatro anos, mas quem o faz grande policial é o seu primeiro comandante; é esse que eu estou fazendo [formando] aqui. É o comandante. O 2º tenente é aquele que incentiva; que diz: “Vamos pessoal! Está vendo o efeito multiplicador? Cada um tem uma parcela no todo” (Cel. 3).

A articulação sistêmica, portanto, acaba por constituir uma contradição ainda mais complexa, pois a hierarquia se mistura com a idade e com o tempo de carreira na PM, de tal modo que são comuns as críticas de antigos sargentos, cabos e soldados à inexperiência dos jovens oficiais, alunos recém-formados da APMBB, cujo posto alcançado com a formação não se sustenta em termos de conhecimentos práticos.

Nesse sentido, o episódio relatado por um dos coronéis dá conta de demonstrar que os valores pessoais emergem de maneira muito intensa, implicando a necessidade de alguma estratégia para que os conhecimentos dos policiais constituam material de sua própria formação.

Nunca me esqueço quando eu estava negociando a remoção de travestis de uma determinada área da cidade. A tentativa de oferecer a eles a possibilidade de sair da situação de rua, etc. e

um velho coronel da corporação disse: “Você não vai resolver nada. No meu tempo a gente resolvia com um caminhão e jogava os travestis no caminhão, cortava o cabelo deles, dava um banho de mangueira e mandava todo mundo embora, e se bobeasse punha os cachorros pra latir perto pra assustar”. E eu respondi: “Então Coronel, a inteligência da sua medida é que permitiu a erradicação da prostituição da avenida, o que a gente pode constatar quando passa por lá hoje” (Cel. 6).

O enfrentamento entre os policiais é a expressão de diferenças das visões de mundo que se produzem à revelia da posição institucional. A autonomia é também objeto de preocupações constantes, que resultam na ampliação da frequência dos treinamentos e na multiplicação dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP).

Para nenhum dos coronéis parece ser adequado alçar a autonomia ao plano de prioridades na formação do policial, pois às escolas cumpre

[...] a difícil missão de unir obediência com autonomia, ele (policial em formação) tem que ter obediência a certas normas, mas ele tem que ter autonomia, geralmente ele tem mais autonomia, porque quando você conclui o curso você vai para o policiamento, não tem mais o instrutor para falar pra você: “Faz assim, faz assim” [...] a autonomia vai ocorrer mais cedo ou mais tarde, e aí tem um grande problema (Cel. 4).

A assunção da democracia como obrigação, como dever a ser cumprido por exigência externa, é demonstrativa de que a hierarquia e a obediência mantêm-se como elementos centrais

da formação do policial militar; indicando que a democracia não figura como elemento central na reforma, ela se apresenta como contingência.

As contradições são reveladoras do que se concebe no comando da Polícia Militar como seu processo evolutivo natural. Pois se pretende assim atuar sobre a diversidade; garantir interesses diversos e divergentes; atualizar-se com relação aos novos fundamentos doutrinários e tecnológicos, concomitantemente à manutenção de uma tradição corporativa ligada ao militarismo e aos valores específicos da corporação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na PMESP as iniciativas de modernização se expressam como compromisso burocrático e não como projeto autêntico e concebido autonomamente. Incorporados como exigência, implantados por compromisso e implementados pela autoridade, os princípios da reforma se reduzem ao formalismo institucional.

Na DGE verifica-se negligência às críticas dirigidas ao modelo liberal para a educação em todos os níveis e modalidades. O conservadorismo da tradição militar, atualmente revestido pela denominação estética militar, cumpre a função de produzir o respeito às normas mediante a assunção individual das responsabili-

dades por parte do policial, cuja profissionalização gera a autonomia que acaba por produzir a sujeição do próprio policial.

Destacam-se as iniciativas que visam implantar o respeito aos fundamentos democráticos por meio de práticas punitivas e autoritárias. A combinação eficiente de diferentes paradigmas de controle social nutrindo o processo de formação de policiais é a evidência de que as liberdades democráticas não compõem o ambiente formativo do policial.

A lógica que preside as mudanças na formação policial se orienta por algo como um ciclo que parte da técnica, passando pelas noções de cientificidade, profissionalismo e eficiência, buscando alcançar a legitimidade. Desse modo produzem-se as condições para que os desvios e as irregularidades, previamente regulados e dimensionados, tornem-se parte de um sistema que permanece imune às mudanças.

Em suma, ao ser perpetrada nos meandros das iniciativas que pretendem reformar a polícia, a ideologia liberal articula e combina paradigmas que dão conta de conciliar pragmaticamente o rigor da tradição na instituição e os valores contemporaneamente anunciados, reincidindo na tradição.

1. Parte do corpo discente é composto por alunos do curso de formação de Soldados PM Temporários.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Justiça. **Bases curriculares para a formação de profissionais da área de segurança do cidadão**. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: Um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1999.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. São Paulo: Autores Associados, 2008.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança**: Força pública do estado de São Paulo. Fundamentos históricos e sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MOORE, Rob; YOUNG, Michael. O conhecimento e o currículo na sociologia da educação: Em busca de uma resignificação. In: CANEN, A.; MOREIRA, A. F. B. (Orgs.). Ênfases e omissões no currículo. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2001. p. 195-227.

MUNIZ, Jacqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: Dilemas e paradoxos da forma-

ção educacional. *Security and Defense Studies Review*, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 177-198, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diretriz Geral de Ensino**. São Paulo: PMESP, 2010. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/downloads/DGE.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Academia de Polícia Militar do Barro Branco. São Paulo, 2014a. Disponível em: <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/index.asp>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Centro de Altos Estudos de Segurança. São Paulo, 2014b. Disponível em: < <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/caes/index.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escola de Educação Física. São Paulo, 2014c. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/index.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escola Superior de Soldados Coronel PM Eduardo Assumpção. São Paulo, 2014d. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/cfsd/portalcfsd/default.asp>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação do policial militar no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 22-31, 2007.

Não-formal e informal no ensino policial

Antonio Alberto Brunetta

Resumen

No formal e informal na enseñanza policial

El artículo analiza las contradicciones del proceso de formación de los policías militares en el Estado de Sao Paulo, considerando la vinculación de las prácticas modernizantes de la institución a las concepciones liberales, las cuales relegan los fundamentos democráticos a la condición de mera apariencia y solidifican las prácticas tradicionales de promoción del control social y reproducción de las desigualdades. Se realizaron entrevistas con los comandantes de las escuelas de la Policía Militar del Estado de Sao Paulo (PMESP), confirmando que la dinámica de defensa de las prácticas y de los discursos de tendencia liberal se opera por medio de la articulación entre lo no formal y lo informal en su sistema de enseñanza.

Palabras clave: *Policía militar. Formación policial. Reforma de la enseñanza policial. Concepciones de formación.*

Abstract

The non-formal and the informal in police instruction

This article analyzes contradictions in the process of training a military police agent in the State of São Paulo, taking into consideration the links between practices aiming to modernize the force and those liberal concepts that relegate democratic principles to a condition of mere appearance, while actually consolidating traditional practices of promoting social control and reproducing inequalities. We interviewed Commanders of the São Paulo State Military Police (PMESP), which confirmed that the dynamic of supporting liberal practices and rhetoric is carried out by interconnections between the non-formal and the informal in the police force teaching system.

Keywords: *Military police. Police training. Reforming police training. Concepts of training.*

Data de recebimento: 22/01/2015

Data de aprovação: 03/09/2015

